

pecial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau, concedida a Fátima Filomena Rosário dos Remédios, pelo período de um ano, com efeitos a partir de 1 de outubro de 2018.

13 de outubro de 2018. — A Secretária de Estado da Administração do Emprego Público, *Maria de Fátima de Jesus Fonseca*.

311733469

Despacho n.º 10000/2018

Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de abril, foi concedida a Maria Fernanda Baptista da Costa Reisinho, licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau, a qual requereu a respetiva renovação, nos termos previstos no citado diploma.

Assim, nos termos e ao abrigo do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de abril, em conjugação com a alínea j) do n.º 3 do Despacho n.º 8138/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 181, de 19 de setembro, determino que seja renovada a licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau, concedida a Maria Fernanda Baptista da Costa Reisinho, pelo período de dois anos, com efeitos a partir de 1 de outubro de 2018.

13 de outubro de 2018. — A Secretária de Estado da Administração do Emprego Público, *Maria de Fátima de Jesus Fonseca*.

311733071

Despacho n.º 10001/2018

Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de abril, foi concedida a Ana Luísa Rodrigues Mendes Colaço, licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau, o qual requereu a respetiva renovação, nos termos previstos no citado diploma.

Assim, nos termos e ao abrigo do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de abril, em conjugação com a alínea j) do n.º 3 do Despacho n.º 8138/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 181, de 19 de setembro, determino que seja renovada a licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau, concedida a Ana Luísa Rodrigues Mendes Colaço, pelo período de um ano, com efeitos a partir de 1 de outubro de 2018.

13 de outubro de 2018. — A Secretária de Estado da Administração do Emprego Público, *Maria de Fátima de Jesus Fonseca*.

311733711

Despacho n.º 10002/2018

Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de abril, foi concedida a Patrícia Fialho Pereira Janeiro Lobo Vilela, licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau, o qual requereu a respetiva renovação, nos termos previstos no citado diploma.

Assim, nos termos e ao abrigo do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de abril, em conjugação com a alínea j) do n.º 3 do Despacho n.º 8138/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 181, de 19 de setembro, determino que seja renovada a licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau, concedida a Patrícia Fialho Pereira Janeiro Lobo Vilela, pelo período de dois anos, com efeitos a partir de 1 de outubro de 2018.

13 de outubro de 2018. — A Secretária de Estado da Administração do Emprego Público, *Maria de Fátima de Jesus Fonseca*.

311733614

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Despacho n.º 10003/2018

Considerando que,

O Decreto Regulamentar n.º 7/2018, de 13 de julho, definiu a missão, as atribuições e o tipo de organização interna do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) do Ministério das Finanças;

A Portaria n.º 227/2018, de 13 de agosto, procedeu à determinação e respetivas competências da estrutura nuclear do GPEARI e estabeleceu o número máximo de unidades orgânicas;

O artigo 9.º da aludida Portaria fixou em catorze o número máximo de unidades orgânicas flexíveis do GPEARI;

Nos termos do n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, na versão atual, as unidades orgânicas flexíveis são criadas por despacho do dirigente máximo do serviço, que define as respetivas atribuições e competências:

1 — São criadas no GPEARI as seguintes unidades orgânicas flexíveis, com as competências específicas a seguir enunciadas:

a) No Departamento de Análise, Estudos e Previsão, a Divisão de Estudos e Análise Económica, com as competências previstas nas alíneas a) a i) do n.º 2 do artigo 2.º da Portaria n.º 227/2018, de 13 de agosto;

b) No Departamento de Políticas e Finanças Públicas, a Divisão de Políticas Públicas, com as competências previstas nas alíneas a) a j) do n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 227/2018, de 13 de agosto;

c) No Departamento de Política e Governação Europeia, a Divisão de Coordenação de Assuntos Europeus, com as competências previstas nas alíneas a), b) e c) do n.º 1 e a), b), c), d), e), f), g), h), i) e j) do n.º 2 do artigo 4.º da Portaria n.º 227/2018, de 13 de agosto;

d) No Departamento de Contencioso, Mercado Interno e Política Externa, a Divisão de Mercado Interno e Política Externa, com as competências previstas nas alíneas b), c) e f) do n.º 1 e nas alíneas a), b), d), e), f), g) e h) do n.º 3, e, em coordenação com a Divisão de Política Legislativa e Contencioso, a competência prevista na alínea g) do n.º 1 do artigo 6.º da Portaria n.º 227/2018, de 13 de agosto, e a Divisão de Política Legislativa e Contencioso, com as competências previstas nas alíneas a), d) e e) do n.º 1 e nas alíneas a) a g) do n.º 2, e, em coordenação com a Divisão de Mercado Interno e Política Externa, a competência prevista na alínea g) do n.º 1 do citado artigo;

e) No Departamento de Cooperação e Relações Internacionais, a Divisão de Relações Multilaterais, com as competências previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 e a) a i) do artigo 7.º da Portaria n.º 227/2018 e a Divisão de Relações Bilaterais, com as competências previstas nas alíneas a) e c) do n.º 1 e a) a h) do n.º 3 do artigo 7.º da Portaria n.º 227/2018;

f) No Departamento de Avaliação e Desenvolvimento Organizacional, a Divisão de Planeamento, Avaliação e Controlo de Gestão, com as competências previstas nas alíneas a) a g) e i) do n.º 1 e alíneas a) a e) do n.º 2 do artigo 8.º da Portaria n.º 227/2018, de 13 de agosto, e a Divisão de Sistemas de Informação e Recursos, com as competências previstas nas alíneas h), j), k), l) e m) do n.º 1 e alíneas g), h), i), j) e k) do n.º 2 citado artigo 8.º

2 — O presente Despacho produz efeitos à data de 14 de agosto de 2018.

19 de outubro de 2018. — O Diretor-Geral, *José Carlos Azevedo Pereira*.

311751872

Despacho n.º 10004/2018

Considerando que:

O Decreto Regulamentar n.º 7/2018, de 13 de julho, definiu a missão, as atribuições e o tipo de organização interna do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) do Ministério das Finanças;

A Portaria n.º 227/2018, de 13 de agosto, procedeu à determinação da estrutura nuclear do GPEARI e respetivas competências, e estabeleceu o número máximo de unidades flexíveis;

O artigo 25.º, n.º 1, al. c), da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua versão atual, estabelece que a comissão de serviço dos titulares dos cargos dirigentes cessa por extinção ou reorganização da unidade orgânica, salvo se for expressamente mantida a comissão de serviço no cargo dirigente do mesmo nível que lhe suceda;

O artigo 27.º, n.º 1, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na versão atual, estabelece que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos de vacatura do lugar:

1 — Mantenho a comissão de serviço, no cargo de direção intermédia de 1.º grau, das Técnicas Superiores Especialistas em Orçamento e Finanças Públicas do Ministério das Finanças, pertencentes ao mapa de pessoal do GPEARI, a seguir identificadas:

a) Licenciada Paula Alexandra Fonseca da Costa, Diretora do Departamento de Política e Governação Europeia;

b) Licenciada Gabriela do Rosário Fernandes de Oliveira dos Santos Guerreiro, Diretora do Departamento de Contencioso, Mercado Interno e Política Externa;

c) Licenciada Beatriz da Glória Dias Teixeira, Diretora do Departamento de Avaliação e Desenvolvimento Organizacional.

2 — Nomeio, em regime de substituição e por urgente conveniência de serviço, a licenciada Ana Catarina Apolónia Gomes Barreto, pertencente

cente à carreira de regime especial de Técnico Superior Especialista em Orçamento e Finanças Públicas do Ministério das Finanças, do mapa de pessoal do GPEARI, para o cargo de Diretora do Departamento de Cooperação e Relações Internacionais do GPEARI, cargo de direção intermédia de 1.º grau.

O presente despacho produz efeitos a 14 de agosto de 2018.

19 de outubro de 2018. — O Diretor-Geral, *José Carlos Azevedo Pereira*.

Nota curricular

I — Dados Pessoais

Nome: Paula Alexandra Fonseca da Costa

II — Habilitações académicas

Licenciatura em Economia pela Universidade Católica Portuguesa.

III — Formação profissional

Formação nas áreas de Direção, Gestão de Recursos Humanos, Línguas e Informática, bem como participação em Seminários, Conferências e Colóquios.

IV — Percurso e experiência profissional

Diretora do Departamento de Política Europeia, do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) do Ministério das Finanças desde 28 de maio de 2013, tendo como principais atividades e responsabilidades: acompanhar e analisar o processo de integração económica de Portugal na União Europeia e os processos de coordenação económica no âmbito dos procedimentos da governação europeia, em particular o Semestre Europeu, bem como coordenar os trabalhos técnicos relativos à participação do Ministério das Finanças no (i) Conselho de Ministros para as Questões Económicas e Financeiras (Ecofin) e Eurogrupo; (ii) Comité Económico e Financeiro (CEF), *Eurogroup Working Group* e seus diversos subcomités; (iii) Comité de Política Económica (CPE) e CPE em formato área do euro; (iv) Conselho de Governadores e Conselho de Administração do Mecanismo Europeu de Estabilidade; (v) Comité de Política Económica da OCDE e outras reuniões da OCDE com temas que exigem coordenação interdepartamental e interministerial, e ainda preparar e acompanhar os trabalhos relativos à governação do Fundo Monetário Internacional e os processos conjuntos com o Banco de Portugal nesta matéria;

Chefe de Divisão de Políticas Europeias, no GPEARI, do Ministério das Finanças e da Administração Pública, desde maio de 2007 até maio de 2013, tendo como principais atividades e responsabilidades: a coordenação dos trabalhos técnicos relativos à participação do Ministério das Finanças e da Administração Pública no (i) Conselho Ecofin e Eurogrupo (ii) Comité Económico e Financeiro; *Eurogroup Working Group* e seus diversos subcomités e (iii) Comité de Política Económica e Ad-Hoc Group on *Eurogroup Issues*;

No âmbito das atribuições de Diretora do Departamento de Política Europeia e de Chefe de Divisão de Políticas Europeias, entre setembro de 2007 e junho de 2015 teve igualmente como responsabilidades assegurar o relacionamento institucional com o Banco Europeu de Investimento e o Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa e preparar a representação do Ministério das Finanças nos órgãos de governação destas instituições, tendo sido *Desk Officer* do BEI entre novembro de 2009 e junho de 2015 e membro suplente por Portugal no Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa entre junho de 2010 e junho de 2015;

Membro da Comissão de Coordenação da Presidência Portuguesa da União Europeia de 2007 para os Assuntos do Ministério das Finanças e da Administração Pública entre junho de 2006 e janeiro de 2008, tendo desenvolvido, entre outros, os seguintes trabalhos: representação da União Europeia em diversas reuniões internacionais, participação na definição do programa do trio de Presidências e do programa da Presidência Portuguesa na área ECOFIN, participação na preparação dos trabalhos do ECOFIN, CEF e CPE nas áreas macroeconómicas e estruturais; participação nos trabalhos conducentes à preparação de uma posição comum da UE na questão da revisão do sistema de quotas e representação do Fundo Monetário Internacional.

Chefe de Divisão de Assuntos Monetários e Estratégia Europeia na ex-Direção-Geral de Assuntos Europeus e Relações Internacionais entre junho de 2001 e maio de 2007;

Técnica Superior na Divisão de Assuntos Monetários e Estratégia Europeia da ex-Direção-Geral de Assuntos Europeus e Relações Internacionais entre junho de 1997 e maio de 2001;

Técnica Superior no Gabinete de Estudos Monetários e Financeiros da Direção-Geral do Tesouro entre outubro de 1994 e maio de 1997;

Membro do Comité de Política Económica desde abril de 2007;
Membro do Subcomité do Comité Económico e Financeiro para o FMI e Questões Afins entre fevereiro de 2007 e novembro de 2011;
Membro do Comité Económico e Financeiro de Suplentes entre setembro de 2004 e abril de 2005;
Representante suplente do Ministério das Finanças na Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus desde janeiro de 2010.

Nota curricular

I — Dados Pessoais

Nome: Gabriela do Rosário Fernandes de Oliveira dos Santos Guerreiro

II — Habilitações académicas

Pós-Graduação em Mercados e Ativos Financeiros, CEMAF — Centro de Investigação de Mercados e Ativos Financeiros, INDEG/ISCTE, 1996;
Licenciatura em Economia, Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais, Universidade Católica Portuguesa — Lisboa, 1993.

III — Habilitações profissionais

Economista (membro efetivo da Ordem dos Economistas, Colégio da Especialidade de Economia Política);
Consultora Autónoma (certificação atribuída pelo CEMAF — Centro de Investigação de Mercados e Ativos Financeiros, INDEG/ISCTE, 2003).

IV — Formação profissional

Formação diversa nas áreas de Economia, Gestão e Direito, bem como participação em vários Congressos, Seminários, Conferências e Colóquios.

V — Percurso e experiência profissional

Diretora do Departamento de Mercados, Serviços e Política Legislativa, no Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) do Ministério das Finanças (MF), desde 16 de julho de 2015, sendo responsável pelo acompanhamento e pela coordenação da ação do MF no quadro do mercado interno, política externa e política legislativa da UE, tendo como principais funções: (i) no âmbito da representação externa do MF, a preparação da participação institucional em reuniões da UE, nomeadamente ECOFIN e respetivos comités preparatórios, em reuniões bilaterais e em reuniões de organizações internacionais; (ii) no âmbito do acompanhamento dos assuntos relacionados com o mercado interno e com a política externa, a coordenação da participação do MF nas negociações ao nível da UE, em particular na área dos serviços financeiros, direito das sociedades, mercados públicos e auxílios de Estado, e nas negociações com vista ao alargamento da UE, assim como a coordenação da ação do MF em matéria de relacionamento económico/comercial bilateral e multilateral da UE; (iii) no âmbito do acompanhamento dos assuntos relacionados com a política legislativa, a coordenação dos processos de contencioso e pré-contencioso da UE, procedimentos EU-Pilot e SOLVIT, transposição ou aplicação da legislação da UE na ordem jurídica interna, combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, aplicação de medidas restritivas e aprovação e ratificação de acordos, convenções e protocolos internacionais;

Diretora do Departamento de Mercados, Serviços e Contencioso, no GPEARI, de maio de 2013 a julho de 2015;

Chefe de Divisão de Mercados e Serviços, no GPEARI, de maio de 2007 a maio de 2013;

Chefe de Divisão de Legislação Comunitária I, na Direção-Geral de Assuntos Europeus e Relações Internacionais (DGAERI) do Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP), de junho de 2001 a maio de 2007;

Técnica Superior na DGAERI, de junho de 1997 a junho de 2001;

Técnica Superior na Direção-Geral do Tesouro, de novembro de 1993 a junho de 1997;

Representante do MF em diversos Grupos de Trabalho e Comitês nacionais e internacionais, entre os quais:

Delegação Portuguesa ao Grupo de Ação Financeira (GAFI), desde fevereiro de 2017;

Comité Executivo da Comissão de Coordenação das Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo, desde outubro de 2015;

Grupo de Trabalho para a elaboração da Avaliação Nacional de Riscos de Branqueamento de Capitais e de Financiamento do Terrorismo (ANR), junho de 2013 a junho de 2015;

Advisory Task Force on the OECD Codes of Liberalisation (ATFC), desde abril de 2013;

Comité dos Mercados Financeiros da OCDE, desde setembro de 2009;
Expert Group on Financial Integration Indicators, 2009 a 2011;
Governmental Expert Group on Retail Financial Services, 2008 a 2014.

Representante suplente do MF na Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus (CIAE), na Comissão Interministerial de Política Externa (CIPE) e na Comissão Nacional para os Direitos Humanos (CNDH).

Nota curricular

I — Dados Pessoais

Nome: Beatriz da Glória Dias Teixeira

II — Habilitações académicas

Pós-graduação em Avaliação e Desenvolvimento Organizacional na Administração Pública (2012/2013), pelo ISCTE -IUL;
 Licenciatura em Gestão — opção económico-financeiras (1985-1990), pelo Instituto Superior de Gestão.

III — Formação profissional

Formação diversa nas áreas de Planeamento, Avaliação, Assuntos Comunitários, Finanças, Língua Inglesa e Informática, bem como participação em vários Congressos, Seminários, Conferências e Colóquios.

IV — Percurso e experiência profissional

Diretora do Departamento de Avaliação e Desenvolvimento organizacional, desde 1 de março de 2015, no Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) do Ministério das Finanças (MF), sendo responsável pela área de planeamento, avaliação e controlo de gestão, bem como sistemas de informações e recursos (recursos humanos, recursos financeiros, aprovisionamento e património);

Diretora do Departamento de Planeamento e Gestão, desde 28 de maio de 2013 a 28 de fevereiro de 2015, no GPEARI do MF, sendo responsável pelas mesmas áreas atrás referidas;

Diretora de Serviços de Planeamento e Controlo da Gestão, de 17 de janeiro de 2011 a 27 de maio de 2013, no GPEARI do MF, tendo como principais funções e responsabilidades a avaliação do desempenho dos organismos do Ministério, a coordenação do Grupo de Trabalho criado no âmbito do Conselho Coordenador de Avaliação de Serviços e o controlo de gestão;

Entre 1 de setembro de 2009 e 31 de dezembro de 2010 exerceu funções na Embaixada de Portugal em Maputo, como Gestora do Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica Portugal/Moçambique, na área das Finanças Públicas, sendo também a representante de Portugal nos seguintes Grupos de Trabalho do G-19: Impostos, Auditoria e Sistema da Administração Financeira do Estado;

Diretora de Serviços de Cooperação e Instituições do GPEARI do Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP), de 1 de dezembro de 2008 a 31 de agosto de 2009, sendo responsável pelas áreas de Relações Bilaterais (abaixo referida) e Multilaterais. Nesta última área, foi responsável pela coordenação das atividades e relações do Ministério com as seguintes instituições financeiras internacionais: Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento; Banco Asiático de Desenvolvimento, Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento, Banco Europeu de Investimento, Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola e Fundo Comum de Produtos de Base;

Chefe de Divisão de Relações Bilaterais do GPEARI do MFAP, de 1 de abril de 2007 a 31 de novembro de 2008, tendo como principais funções e responsabilidades: a conceção, negociação e execução de programas de cooperação e assistência técnica na área das finanças públicas, com países de expressão portuguesa; a conceção de instrumentos de apoio financeiro que visem o aprofundamento das relações de cooperação económica e financeira com países de expressão portuguesa e outros países terceiros, no âmbito da Ajuda Pública ao Desenvolvimento; a preparação de Cimeiras Bilaterais e outros Encontros de Alto Nível;

Chefe de Divisão dos Assuntos Financeiros na Direção-Geral de Assuntos Europeus e Relações Internacionais, de 1 de outubro de 1999 a 31 de março de 2007, tendo sido responsável pela coordenação dos trabalhos da Divisão, a nível das seguintes áreas e instituições: Banco Europeu de Investimento (BEI), Fundo Europeu de Investimento (FEI), Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa (CEB), Organização Mundial do Comércio (OMC), Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Relações externas bilaterais da

União Europeia, Alargamento da União Europeia e Cimeiras Bilaterais. No âmbito destas funções, representou o Ministério das Finanças em diversos Comités e Grupos de Trabalho;

De 1 de outubro de 1992 a 14 de março de 1997 exerceu funções como técnica superior na Direção-Geral do Tesouro/Divisão de Financiamentos Comunitários e de 15 de março de 1997 a 30 de setembro de 1999 exerceu funções na Direção-Geral de Assuntos Europeus e Relações Internacionais/Divisão de Assuntos Financeiros, como *Desk Officer* do BEI e do CEB;

De 7 de maio de 1992 a 30 de setembro de 1992, exerceu funções na Direção-Geral do Tesouro/Divisão de Recuperação de Créditos;

De 1 de outubro de 1990 a 30 de abril de 1992 exerceu funções na empresa Tradingal — Projetos, Importação e Exportação, L.^{da}, onde tinha como principais funções a elaboração de projetos de investimento e a organização e execução da contabilidade geral e analítica.

Nota curricular

I — Dados Pessoais

Nome: Ana Catarina Apolónia Gomes Barreto

II — Habilitações Académicas

Frequência do Mestrado em Estratégia de Investimento e Internacionalização no Instituto Superior de Gestão, em Lisboa, tendo concluído a parte curricular;

Licenciatura em Gestão e Administração Pública com especialização em Estudos Europeus, pela Universidade Técnica de Lisboa (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas; 1995 -1999).

III — Formação profissional

Participação em diversos Cursos, Seminários e Conferências destinados a dirigentes e quadros superiores da Administração Pública em matérias nucleares nas áreas das Relações Internacionais e da Cooperação para o Desenvolvimento, designadamente em domínios como a Gestão e Avaliação de Projetos (incluindo o curso MINI-IPDET — *International Program for Development Evaluation Training*). Formação diversa Língua Inglesa e Informática.

IV — Percurso e experiência profissional

Diretora do Departamento de Cooperação e Relações Internacionais, desde 1 de janeiro de 2018, no Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) do Ministério das Finanças, sendo responsável pelas áreas das Relações Multilaterais e Bilaterais, no âmbito das quais tem como principais funções e responsabilidades: a preparação da posição nacional e/ou a representação de Portugal junto dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e Facilidades de que Portugal é acionista ou doador, bem como em grupos de trabalho temáticos em Cooperação para o Desenvolvimento no âmbito da União Europeia; a gestão de fundos de cooperação técnica junto daquelas instituições; a promoção ativa de uma maior participação das empresas e consultores nacionais nas oportunidades de negócio que os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento oferecem; a preparação da posição nacional no âmbito de Cimeiras Bilaterais e encontros de alto nível nos quais participem membros do Governo e nas quais sejam debatidas matérias da esfera de competências do Ministério das Finanças; e conceção, implementação e gestão dos programas de cooperação e assistência técnica em finanças públicas com os países africanos de língua oficial portuguesa e Timor-Leste;

Membro suplente da Comissão Interministerial para a Cooperação. Membro da Comissão do Mecanismo de Acompanhamento do Mercado das Multilaterais Financeiras. Representante de Portugal nas reconstituições de recursos do Fundo Africano de Desenvolvimento, do Fundo Asiático de Desenvolvimento e da Associação Internacional de Desenvolvimento. Representante do GPEARI na Comissão de Coordenação e Supervisão do Empréstimo-Quadro contratado entre o BEI e Portugal. Membro do Observatório dos Investimentos portugueses em Angola e angolanos em Portugal;

Chefe de Divisão de Relações Bilaterais do Departamento de Cooperação e Relações Internacionais, entre maio de 2013 e dezembro de 2017, no GPEARI do Ministério das Finanças, sendo responsável pela coordenação de programas de cooperação e assistência técnica em finanças públicas; pela preparação e/ou representação institucional do Ministério das Finanças em Cimeiras e Grupos de Trabalho bilaterais; pelo acompanhamento da execução dos instrumentos de apoio financeiro, concedidos no âmbito da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), em articulação com outros serviços do Ministério das Finanças e da Administração Pública, entre outros;

Administradora Suplente por Portugal no Conselho de Administração do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) das Nações Unidas, entre 2012 e 2014;

Desk Officer por Portugal no Trust Fund da União Europeia para as Infraestruturas em África, entre 2009 e 2013;

Técnica Superior na Divisão de Relações Bilaterais da Direção de Serviços de Cooperação e Instituições, entre 2007 e 2013, no GPEARI do Ministério das Finanças, sendo responsável pela implementação de programas de cooperação e assistência técnica em finanças públicas entre Portugal e países terceiros, assim como pela preparação e representação institucional do Ministério das Finanças em Cimeiras e Grupos de Trabalho bilaterais;

Técnica Superior com funções de assessoria ao Diretor-Geral, entre fevereiro 2007 e junho de 2007, no GPEARI do Ministério das Finanças;

Técnica Superior na área financeira e administrativa em empresas do setor privado, entre outubro 2002 e julho de 2006;

Técnica Superior na Direção de Serviços de Legislação Comunitária, entre fevereiro 2001 e agosto 2002, na Direção-Geral dos Assuntos Europeus e Relações Internacionais do Ministério das Finanças.

311751207

FINANÇAS E PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS

Gabinetes dos Secretários de Estado do Tesouro e das Infraestruturas

Despacho n.º 10005/2018

Atendendo ao interesse da Infraestruturas de Portugal, S. A., em obter uma melhor utilização social dos bens do domínio público ferroviário não adstritos ao serviço público ferroviário;

Considerando que a integração dos bens desafetados no património privado da Infraestruturas de Portugal, S. A., pode realizar-se apenas quando os mesmos bens se destinem à alienação ou ao aproveitamento urbanístico ou imobiliário;

Considerando que a alienação e a utilização dos imóveis desafetados e integrados no património privado da Infraestruturas de Portugal, S. A., pode efetuar-se em regime de propriedade plena, constituição do direito de superfície, ou por qualquer outro meio jurídico adequado, em conformidade com o n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 276/2003, de 4 de novembro;

Atendendo ao disposto nos artigos 24.º a 25.º do Decreto-Lei n.º 276/2003, de 4 de novembro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março, e aos artigos 1.º, 2.º, 10.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio, determina-se:

1 — Que seja desafetada do domínio público ferroviário, sob gestão da Infraestruturas de Portugal, S. A., a parcela de terreno com 481 m², sendo 176 m² a desanexar do artigo matricial 9085.º, não descrita na Conservatória do Registo Predial, situada aos Kms. 7,300.00 e 7,407.21, do lado direito do Ramal da Figueira da Foz, no Beco do Areal, na freguesia de Alhadãs, no Município da Figueira da Foz, que confronta a norte com Herdeiros de Lino Alves Correia, a sul com arruamento, a nascente com Fernando Oliveira Ramos e a poente com o Domínio Público Ferroviário, identificada na planta anexa n.º 100024644531;

2 — Que a desafetação do evocado imóvel destina-se à venda do imóvel a Fernando Oliveira Ramos, requerente deste procedimento de desafetação, para o aumento do logradouro do imóvel de que é proprietário;

3 — Afetar a verba resultante da referida operação prioritariamente, na sua totalidade, à redução da dívida da Infraestruturas de Portugal, S. A., nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 276/2003, de 4 de novembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março;

4 — Que a Infraestruturas de Portugal, S. A., proceda ao abate do mencionado imóvel no Cadastro dos bens dominiais sob a sua administração.

O presente despacho constitui documento bastante para o registo do aludido imóvel na competente Conservatória do Registo Predial e para a respetiva inscrição matricial, a favor da Infraestruturas de Portugal, S. A., enquanto proprietária de pleno direito.

7 de setembro de 2018. — O Secretário de Estado do Tesouro, *Álvaro António da Costa Novo*. — 16 de outubro de 2018. — O Secretário de Estado das Infraestruturas, *Guilherme Waldemar Goulão dos Reis d'Oliveira Martins*.

Ponto	Elev. (m)	Elev. (m)	Coordenadas (Proj. 11)			
			E	N		
1	1300,00	11,25	-	-	56.691.15	57.213.84
2	-	-	-	-	56.691.40	57.217.15
3	-	-	-	-	56.691.65	57.220.46
4	-	-	-	-	56.691.90	57.223.77
5	-	-	-	-	56.692.15	57.227.08
6	-	-	-	-	56.692.40	57.230.39
7	-	-	-	-	56.692.65	57.233.70
8	-	-	-	-	56.692.90	57.237.01
9	7.407.21	1.27	-	-	56.693.15	57.240.32
10	-	-	-	-	56.693.40	57.243.63
11	-	-	-	-	56.693.65	57.246.94

Situação administrativa

Propriedade: Alhadãs
 Condição: Freguesia de Foz
 Estado: Cordeiro

CONFRONTAÇÕES

Parcela	Área (m ²)	Proprietário	Confrontações
481	481	Herdeiros de Lino Alves Correia	Norte: Herdeiros de Lino Alves Correia Sul: Arruamento Nascente: Fernando Oliveira Ramos Poente: REFER - Rede Ferroviária Nacional, EPF

RAMAL DA FIGUEIRA DA FOZ
 Título de Alhadãs
 Km. 7,300.00 a 7,407.21 Lado Direito
 Limite de Domínio Público Ferroviário
 Confirmação: Fernando Oliveira Ramos
 Plano de Alhadãs

Escala: 1:500

311745392

FINANÇAS, PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS, AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL E MAR

Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P.

Aviso n.º 15492/2018

Abertura de procedimento concursal comum para recrutamento de 2 técnicos superiores para a área de gestão de medidas de intervenção de mercado e de ajudas específicas do Departamento de Apoios de Mercado do IFAP, I. P., com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado já estabelecida.

1 — Nos termos do disposto nos n.ºs 1 a 3 do artigo 30.º e no artigo 33.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP — Lei do Trabalho em Funções Públicas), e em cumprimento do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na nova redação dada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que, por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P. (IFAP, I. P.), de 30 de agosto de 2018, se encontra aberto procedimento concursal comum, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data de publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*, para o preenchimento de 2 postos de trabalho, previstos e não ocupados no mapa de pessoal do IFAP, I. P., para o exercício de funções públicas em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado.

2 — Legislação aplicável: Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP); Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho; Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145/2011, de 6 de abril, Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2018), Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, e o Código do Procedimento Administrativo (CPA).

3 — Para efeito do disposto no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, e de acordo com a atribuição que é conferida ao INA pela alínea c) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 48/2012, de 28 de fevereiro, consultada previamente a Entidade Centralizada para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), a mesma informou não ter ainda decorrido qualquer procedimento concursal para a constituição de reservas de recrutamento, tendo declarado a inexistência, em reserva de recrutamento, de qualquer candidato com o perfil adequado.